

## **CULTURA DO PERTENCIMENTO DE COMUNIDADES VÍTIMAS DE QUEIMADAS EM RORAIMA**

*CULTURE OF BELONGING COMMUNITIES VICTIMS OF FIRES IN RORAIMA*

*CULTURA DE PERTENENCIA EN COMUNIDADES VÍCTIMAS DE LOS INCENDIOS EN RORAIMA*

Daniela Batista da Silva <sup>1</sup>  
db29091993@gmail.com

Simão Farias Almeida <sup>2</sup>  
simaofariasfarias@gmail.com

### **RESUMO**

Esta pesquisa analisa a representação jornalística da crise socioambiental em Roraima, com foco nos incêndios florestais. O estudo tem como objetivo demonstrar que o discurso midiático constitui um campo de disputa de racionalidades sobre a relação entre sociedade e natureza, e não apenas um registro neutro. A metodologia utilizada foi a análise de discurso, aplicada a duas reportagens, fundamentada nas teorias de Enrique Leff (2009), Homi Bhabha (1998) e Terry Eagleton (2003). Os resultados mostram que o jornalismo rompeu com a hierarquia tradicional de fontes, conferindo protagonismo a vozes indígenas e comunitárias. Essa estratégia evidencia o confronto entre a racionalidade instrumental e a racionalidade ambiental, demonstrando como o jornalismo atua como um campo político-econômico onde a natureza deixa de ser apenas recurso para se tornar base da vida e da resistência comunitária.

**Palavras-chave:** Comunidade. Cultura do pertencimento. Epistemologia socioambiental.

---

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima.

## ABSTRACT

This research analyzes journalistic representation of the socio-environmental crisis in Roraima, focusing on forest fires. The study aims to demonstrate that media discourse constitutes a field of disputed rationalities regarding the relationship between society and nature, and not merely a neutral register. The methodology used was discourse analysis, applied to two reports, based on the theories of Enrique Leff (2009), Homi Bhabha (1998), and Terry Eagleton (2003). The results show that journalism broke with a traditional tradition of sources, giving prominence to indigenous and community voices. This strategy highlights the confrontation between instrumental rationality and environmental rationality, demonstrating how journalism acts as a political-economic field where nature ceases to be merely a resource and becomes the basis of life and community resistance.

**Key words:** Community. Culture of belonging. Socio-environmental epistemology.

## RESUMEN

Esta investigación analiza la representación periodística de crisis socioambiental en Roraima, con especial atención a los incendios forestales. El estudio busca demostrar que el discurso mediático constituye un campo de racionalidades en disputa respecto a relación entre sociedad y naturaleza, y no mero registro neutral. La metodología empleada fue análisis del discurso, aplicado a dos reportajes, basado en teorías de Enrique Leff (2009), Homi Bhabha (1998) y Terry Eagleton (2003). Los resultados muestran que el periodismo ha roto con jerarquía tradicional de fuentes, priorizando voces indígenas y comunitarias. Esta estrategia pone de relieve confrontación entre racionalidad instrumental y racionalidad ambiental, demostrando cómo el periodismo actúa como campo político-económico donde la naturaleza deja de ser simplemente un recurso y se convierte en base de vida y resistencia comunitaria.

**Palabras clave:** Comunidad. Cultura de pertenencia. Epistemología socioambiental.

## 1 INTRODUÇÃO

A crise socioambiental em Roraima, marcada pela intensificação dos incêndios florestais e pela estiagem prolongada, evidencia um problema que ultrapassa a dimensão climática e ambiental, configurando-se também como um campo de disputa simbólica entre diferentes racionalidades (Eagleton, 2003). Nesse contexto, a mídia desempenha papel central, atuando como mediadora entre os acontecimentos e a opinião pública. Contudo, o jornalismo tradicional tende a privilegiar uma abordagem factual e objetiva, frequentemente negligenciando os conflitos culturais, as disputas de sentido e os embates de poder que atravessam tais crises. A partir dessa problemática, a presente investigação busca responder à seguinte questão: a cobertura jornalística sobre os incêndios em Roraima se limita ao registro factual ou pode ser compreendida como um espaço de revelação das racionalidades em disputa?

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar que o jornalismo não constitui um registro neutro, mas sim uma arena discursiva em que diferentes culturas, saberes e lógicas se confrontam. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar os enquadramentos predominantes nas matérias analisadas, compreender de que forma as vozes indígenas e comunitárias emergem enquanto sujeitos epistêmicos e políticos e discutir de que modo tais narrativas revelam os embates entre racionalidade instrumental e racionalidade ambiental. A escolha do objeto de estudo justifica-se pela clareza com a qual as reportagens analisadas expõem o contraste entre distintas visões de mundo: de um lado, os moradores da capital percebem a fumaça como um incômodo temporário; de outro, os povos indígenas vivenciam a destruição de suas casas, roças e modos de vida, interpretando o fogo à semelhança de uma disputa civilizatória entre a vida e o mercado.

A cobertura jornalística de crises socioambientais na Amazônia, no caso dos incêndios em Roraima, deve, portanto, ser compreendida para além do mero registro factual. Este estudo parte da premissa de que a mídia constitui um campo de disputas discursivas no qual diferentes racionalidades e projetos de mundo se confrontam. À luz das reflexões de Enrique Leff (2009), Homi Bhabha (1998) e Terry Eagleton (2003), compreende-se os discursos jornalísticos sem neutralidade, mas carregando embates de sentido sobre a relação entre sociedade e natureza. Nesse sentido, o objetivo central da

pesquisa é analisar como as narrativas jornalísticas, ao dar visibilidade a distintos atores sociais, revelam tensões culturais e formas divergentes de compreender e agir sobre o ambiente.

A relevância deste estudo reside em sua capacidade de demonstrar que o jornalismo pode ser agente de transformação, participando ativamente da luta cultural por uma nova práxis e legitimando vozes historicamente marginalizadas. Ao evidenciar tais discursos, a cobertura jornalística contribui para a construção de alternativas civilizatórias em um mundo dominado pela lógica instrumental (Leff, 2009). Com o objetivo de investigar a complexidade desses processos, o trabalho emprega o *Roteiro de Análise de Discursos no Jornalismo*, metodologia desenvolvida para desconstruir as camadas narrativas em termos de poder, subjetividade e enquadramento. Esse instrumento foi aplicado a duas reportagens específicas: *Roraima está queimando: recorde de calor gera incêndios em Terras Indígenas e deixa capital coberta pela fumaça*, do Instituto Socioambiental (2024), e *Incêndios em Roraima avançam para terras indígenas*, publicada pela agência *Amazônia Real* (2025)<sup>3</sup>, que, por seu tratamento aprofundado do tema, se mostraram corpus adequados para investigar o choque entre a racionalidade instrumental do agronegócio e a racionalidade ambiental dos povos indígenas, bem como o hibridismo presente em seus discursos.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na Análise de Discurso, para investigar a cobertura jornalística de crises socioambientais na Amazônia. O corpus de análise foi composto por duas reportagens sobre os incêndios em Roraima, publicadas pelo Instituto Socioambiental (2024) e pela agência *Amazônia Real* (2025). O procedimento analítico foi conduzido de forma sistemática a partir do *Roteiro de Análise de Discursos no Jornalismo*, ferramenta metodológica

---

<sup>3</sup> As reportagens selecionadas utilizam recursos narrativos que buscam aproximar o leitor da complexidade do cenário local. Embora o foco desta análise resida na cultura do pertencimento e na racionalidade ambiental, reconhece-se o caráter de profundidade e proximidade dessas narrativas, que dialogam com perspectivas de imersão no acontecimento jornalístico. O conteúdo completo pode ser acessado em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/roraima-esta-queimando-recorde-de-calor-gera-incendios-em-terras-indigenas> e <https://amazoniareal.com.br/incendios-em-terras-indigenas/>. Acesso em: 30 mar. 2026.

fenomenológica e pós-fenomenológica que forneceu um conjunto de perguntas orientadoras e possibilitou a desconstrução das camadas narrativas presentes nas matérias. A aplicação desse roteiro permitiu ultrapassar a superfície factual do acontecimento, revelando a hierarquia de fontes, os enquadramentos discursivos e as subjetividades em disputa<sup>4</sup>, orientada por questões como a hierarquia das fontes (1, 15, 33); os enquadramentos e racionalidades (4, 55, 60), a relação com os fatos (7, 43), a representação temporal e territorial da natureza (10, 42), a forma narrativa (11, 48), o hibridismo discursivo (39, 41, 42), os excedentes e resíduos (54, 60) e a ambivalência na narrativa (63, 64), a saber, na ordem enumerada:

1 – Há hierarquia de fontes e de seus discursos? Os discursos das fontes iniciam e concluem a narrativa jornalística?;

15 – A perspectiva das fontes oficiais se sobrepõe na narrativa jornalística?;

33 – A perspectiva das fontes não oficiais se sobrepõe na narrativa jornalística?;

4 – Os discursos das fontes fazem o mesmo enquadramento do fato ou do tema?

Há resíduos (excessos remanescentes, excedentes incompatíveis com os perfis das fontes, interferência em enquadramentos típicos de outros tipos de fontes) de sentidos confrontados ou subestimados pelos discursos do jornalista ou do meio jornalístico e das fontes?;

55 – Qual a relação entre excedentes discursivos e saberes institucionais, científicos e tradicionais: conflituosa, compatível, exacerbada nas diferenças?;

60 – Qual a relação entre resíduos discursivos e saberes institucionais, científicos e tradicionais: de subalternidade, decolonial, suplementar, disjuntiva?;

7 – O jornalista ou o meio jornalístico lida com os fatos em si, as perspectivas dos fatos ou como os fatos se apresentam às fontes (imersão na realidade ou no contexto social)? Lida com os fatos por meio do testemunho ou pressuposição do valor público e social das fontes?;

---

<sup>4</sup> O recorte analítico deste trabalho priorizou as questões do roteiro que melhor dialogam com o conceito de cultura do pertencimento. O roteiro completo pode ser consultado no blog do Prof. Dr. Simão Farias, líder do *Grupo de Pesquisa Mídia, Conhecimento e Meio Ambiente: Olhares da Amazônia*, disponível em: [meublogsimao.blogspot.com](http://meublogsimao.blogspot.com). Acesso em: 30 mar. 2026.

43 – Os discursos a respeito de não humanos são provenientes de testemunho ou pressuposição (valor público e social) das fontes?;

10 - Os discursos do jornal ou meio jornalístico e das fontes possuem temporalidades (passado, presente, futuro, atualidade, contemporaneidade, distopia, liminar, contingente, disjuntivo) e territorialidades distintas, híbridas ou sobrepostas entre si?;

42 - Os discursos do jornalista, do meio jornalístico ou das fontes forjam discursos de sujeitos sem voz (animais, flora, ecossistema, planeta)? Eles são representados como sujeitos subalternos aos humanos?;

11 - Os discursos do jornalista, do meio jornalístico ou das fontes prezam a objetividade ou têm caráter biográfico (conclusões dedutivas de perfis a partir das evidências de comportamentos e visões de mundo), de storytelling (a vida sendo vivida) ou de imersão na realidade particular de sujeitos ou geral de grupos sociais?;

48 – A narrativa jornalística sobre sujeitos não humanos tem caráter noticioso (instantâneo), interpretativo, investigativo, biográfico (conclusões dedutivas de perfis a partir das evidências de comportamentos e visões de mundo), storytelling (a vida sendo vivida) ou imersão (a realidade se apresenta aos sujeitos por meio de seu aprofundamento nela)?;

39 - As fontes não oficiais possuem discursos com características de discursos de fontes oficiais ou especializadas (intersubjetividades, interstícios nas diferenças)? Apontam saberes institucionais, tradicionais e científicos? Majoritários ou subalternos?;

41 - O jornalista ou o meio jornalístico transita os sentidos dos discursos das fontes não oficiais para os discursos das fontes oficiais e especializadas (recorte fenomenológico, excedentes)? São discursos individuais e de grupos sociais? Discursos assertivos ou agressivos? Compartilhados ou não por outros tipos de fontes majoritárias ou subalternas? Há lacunas no tratamento desses diversos enquadramentos?;

54 - Qual a relação entre excedentes discursivos e fontes jornalísticas: orgânica, não orgânica, lacunar, hierárquica (princípio de pressuposição de fontes hegemônicas do campo jornalístico), balanceada (princípio da objetividade do campo jornalístico)? São excedentes majoritários ou subalternos?;

63 - Qual a relação entre ambivalências discursivas e os campos sociais: interstícios nos panoramas e nas perspectivas (algo não dito sobre a atualidade, contemporaneidade, distopias etc), de interstícios policrísicos (algo não dito de aspectos sociopolíticos, socioeconômicos, socioambientais etc), lacunar como interstício (lacunas remetem ou não a aspectos policrísicos e a outras lacunas)?;

64 - Qual a relação entre ambivalências discursivas e fontes jornalísticas: orgânica pressupondo não orgânica, não orgânica pressupondo orgânica, ao mesmo tempo não balanceada pelo jornalista/não hierárquica ininterrupta pelo jornalista ou pelas fontes (princípio de pressuposição e compromisso social duplicado de fontes não hegemônicas do campo jornalístico)? São ambivalências majoritárias ou subalternas?

O processo de interpretação dos dados foi sustentado por um referencial teórico que articula três eixos principais. O conceito de racionalidade ambiental, desenvolvido por Enrique Leff (2009), foi utilizado para compreender o choque entre o discurso oficial, alinhado à lógica instrumental do mercado, e a visão dos povos indígenas, pautada em uma relação ética e ontológica com a natureza. O conceito de luta cultural, proposto por Terry Eagleton (2003), orientou a análise das matérias enquanto arenas de disputa simbólica, nas quais projetos de mundo conflitantes competem pela legitimidade de suas narrativas e valores. Já a noção de hibridismo, formulada por Homi Bhabha (1998), foi fundamental para interpretar a complexidade das vozes indígenas, entendidas não apenas na condição de testemunhos de vulnerabilidade, mas em caráter de discursos híbridos capazes de articular saberes ancestrais a uma crítica política e sistêmica.

Essa triangulação metodológica e teórica possibilitou uma leitura mais aprofundada da cobertura jornalística, permitindo compreender não apenas o conteúdo narrado pelas reportagens, mas também de que maneira e por quais razões o fazem. Desse modo, a análise revelou a cobertura dos incêndios em Roraima enquanto um espaço de disputa discursiva, no qual se entrelaçam relações de poder, cultura e meio ambiente.

### **3 COMUNIDADE COMO CONSTRUÇÃO CULTURAL E A CRÍTICA À HOMOGENEIDADE**

Ao dialogar com Homi Bhabha (1998), é possível ampliar a compreensão da comunidade nesse ponto. Enquanto Eagleton (2003) trabalha a comunidade como um campo político econômico, atravessado por desigualdade estruturais, Bhabha (1998) pensa em um campo cultural-discursivo, produzido nos entre lugares, onde a diferença não é eliminada, mas negociada.

Homi Bhabha (1998) situa os “entre-lugares” como dimensões centrais para compreender a constituição de experiências coletivas e processos de formação cultural. Esses espaços intersticiais não se limitam a categorias fixas de identidade, raça, classe ou gênero, mas revelam zonas de negociação em que as diferenças são constantemente reinscritas. Neles, a identidade deixa de ser um dado fixo para assumir caráter processual, marcado por deslocamentos, traduções e hibridismos, de modo que a experiência cultural se define na tensão entre o familiar e o estranho, o hegemônico e o subalterno.

A análise de Bhabha (1998) problematiza, assim, a pretensa transparência das categorias tradicionais de pertencimento, apontando a nação e a comunidade não como essências homogêneas, mas articulações discursivas atravessadas por disputas e contingências históricas. Nesse sentido, os “entre-lugares” revelam um campo onde as estratégias de representação são disputadas, desestabilizando narrativas capazes de impor coesão identitária. A produção de sentido, nesses espaços, emerge do encontro entre diferentes temporalidades e vozes, possibilitando novas formas de enunciação desafiadoras de hierarquias culturais e políticas.

Ao reconhecer a centralidade do conflito e da incomensurabilidade nas trocas culturais, Bhabha (1998) recusa visões harmonizadoras da diferença, enfatizando que os processos de resistência e empoderamento em comunidades historicamente marginalizadas são tensionados por relações assimétricas de poder. Dessa forma, a representação não é concebida uma mera expressão identitária, mas campo estratégico no qual se disputam visibilidade, legitimidade e autoridade discursiva.

Bhabha (1998) desloca o conceito de comunidade a um campo em que a identidade coletiva não é vista enquanto essência fixa, mas um projeto em movimento,

atravessado por interstícios, deslocamentos e traduções culturais. A abordagem intersticial mostra uma formação comunitária não decorrente da continuidade de uma tradição única, mas emergente do encontro conflituoso entre diferenças sociais que, ao se sobreporem, criam novos espaços de significação. Assim, a comunidade passa a ser compreendida não como um dado prévio, mas como um processo dinâmico e aberto, desafiador das formas estabelecidas de organização política e demanda reformulações inclusivas (Bhabha, 1998).

Nesse contexto, Bhabha (1998) introduz a noção de “meia passagem”, possível de representar a incompletude e a disjunção próprias da experiência cultural. Em vez de totalidade, a meia passagem sugere a fragmentação produtiva, originária de novas formas de enunciação coletiva. Esse movimento evidencia que as culturas nacionais, longe de serem blocos coesos, são constantemente reconstruídas a partir das vozes e experiências de minorias desfavorecidas, cuja posição subalterna reconfigura os próprios contornos do “nacional” (Bhabha, 1998).

É a partir dessa perspectiva que Homi Bhabha (1998) critica concepções como a de Benedict Anderson, para quem a comunidade se define pela “imaginação” partilhada da nação. Contra essa ideia de unidade simbólica, Bhabha (1998) ressalta que a relevância do internacionalismo contemporâneo não reside apenas na multiplicação de histórias alternativas dos excluídos, mas na possibilidade de instaurar novas bases de conexão internacional, fundadas em relações intersticiais e assimétricas. O internacionalismo, nesse sentido, não é a soma de culturas nacionais soberanas, mas o resultado da negociação incessante de diferenças, marcado por antagonismos, deslocamentos e hibridismos.

Essa crítica à homogeneidade da nação se aprofunda na discussão sobre a diferença cultural. Para Bhabha (1998), ela não pode ser concebida como um simples jogo de polaridades e pluralidades inscritas no tempo homogêneo da comunidade nacional. Nos termos do autor, os significados e valores produzidos no processo de interpretação cultural, especialmente pela experiência de viver nos espaços liminares da sociedade, geram impactos que não podem ser subestimados. Sua análise enfatiza a complexidade e a ambiguidade próprias da diferença cultural, desafiando leituras simplificadas e binárias do fenômeno.

Além disso, Bhabha (1998, p.244) reforça que a perspectiva pós-colonial questiona a noção “liberal” e consensual de comunidade cultural, evidenciando seus limites. A identidade cultural e política, em vez de se constituir como dado fixo, emerge de processos de alteridade atravessados por raça, diferença cultural, sexualidade e gênero. Essa formação exige repensar a linguagem da comunidade cultural, de modo a possibilitar uma compreensão mais inclusiva das identidades.

A apropriação e o uso da natureza não são apenas uma questão de adaptação biológica ou de tecnologia, mas são sempre mediados por práticas culturais e modos de vida específicos. É nessa perspectiva que a proposta de Leff (2009), ganha forma:

Não se trata só de preservar espaços de conservação de recursos e microeconomias marginais de subsistência. Não bastam incorporar tecnologias limpas e programas de recuperação ecológica de processos produtivos contaminadores, redutores da biodiversidade e destruidores da fertilidade dos solos. A racionalidade ambiental gera espaços de produção sustentada, fundados na gestão participativa dos povos e na capacidade ecológica de sustentação da base de recursos de cada região. Estes processos estruturam um sistema de recursos naturais culturalmente definido e geram um conjunto de práticas de produção e consumo sustentáveis (LEFF, 2009, p. 129).

A partir dessa perspectiva, a sustentabilidade proposta por Leff (2009) ultrapassa a mera gestão eficiente dos recursos naturais, envolvendo a valorização dos saberes ambientais e das racionalidades culturais como elementos essenciais para a manutenção da vida e o enfrentamento das crises socioambientais. A cultura atua diretamente associada aos recursos naturais nos sistemas produtivos camponês-indígena, evidenciando que práticas simbólicas, valores e identidades culturais são tão relevantes quanto os recursos materiais para a sustentação das comunidades. Dessa forma, a cultura não se configura apenas patrimônio simbólico, mas instrumento ativo de mediação entre sociedade e natureza, orientando o uso do território e influenciando as formas de produção e as interações sociais (Leff, 2009, p. 116-117).

A racionalidade ambiental, segundo Leff (2009), reconhece a diversidade ecológica e cultural não apenas como valores éticos ou simbólicos, mas potenciais produtivos concretos, capazes de propor alternativas à lógica mercantil e reorganizar as relações de produção de maneira sustentável. Nesse contexto, as comunidades constituem espaços de autogestão e reapropriação, em que práticas e conhecimentos ancestrais, permeados por cosmovisões, mitos e crenças, orientam a relação com o

território e estruturam sistemas de produção integrados aos ecossistemas. A persistência e adaptação dessas práticas ao longo do tempo evidenciam processos de hibridismo, nos quais identidades étnicas se redefinem sem perder sua ancestralidade, incorporando elementos externos e respondendo a desafios contemporâneos, como a modernização agrícola e as demandas do desenvolvimento sustentável (Leff, 2009, p. 116).

Essa abordagem reforça a noção de cultura do pertencimento, na qual os vínculos com o território, os recursos naturais e as práticas coletivas constituem a base da identidade comunitária. A cultura funciona como recurso social capaz de orientar o uso racional dos recursos, preservar tradições e assegurar a continuidade da vida social e ambiental das comunidades. Ao mesmo tempo, essas identidades não são estáticas; emergem de processos de negociação, interação e resistência, configurando-se em espaços liminares e híbridos, onde diferenças culturais e ambientais coexistem e se transformam. A articulação entre conhecimento local, práticas culturais e racionalidade ecológica permite que as comunidades desenvolvam modos próprios de organização e produção que desafiam a homogeneização imposta pelo modelo de desenvolvimento dominante (Leff, 2009, p. 129).

Nesse contexto, a compreensão da cultura do pertencimento e das identidades híbridas fornece uma base analítica relevante para perceber como os grupos subalternos articulam suas práticas diante das crises socioambientais. Essa perspectiva permite identificar não apenas os eventos em si, mas também os conflitos, as resistências e as negociações de sentido que emergem na experiência social e cultural dessas comunidades, revelando as múltiplas formas pelas quais a realidade é construída e interpretada.

#### **4 COMUNIDADE COMO CONSTRUÇÃO CULTURAL E A CRÍTICA À HOMOGENEIDADE**

Essas reflexões de Eagleton (2003), Bhabha (1998) e Leff (2009) permitem compreender que os discursos não são neutros, mas carregam disputas de racionalidades sobre a relação entre sociedade e natureza. É nesse ponto que a análise jornalística se torna relevante: ao dar voz a diferentes atores sociais, as matérias não apenas informam sobre uma crise ambiental, mas revelam embates de sentidos e formas distintas de

compreender e agir sobre o mundo. Para captar essas disputas, o *Roteiro de Análise de Discursos no Jornalismo*, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Mídia, Conhecimento e Meio Ambiente: Olhares da Amazônia, oferece uma metodologia capaz de desconstruir a narrativa jornalística em suas camadas de poder, subjetividade e enquadramento. Esse instrumento será aplicado na análise de duas matérias: *Roraima está queimando: recorde de calor gera incêndios em Terras Indígenas e deixa capital coberta pela fumaça*, do Instituto Socioambiental (2024), e *Incêndios em Roraima avançam para terras indígenas*, publicada pela *Amazônia Real* (2025).

A aplicação da questão 39 do roteiro permitiu deslocar a percepção sobre o líder indígena, que deixa de ser visto apenas como uma vítima para ser compreendido como um sujeito de conhecimento (Leff, 2009). Essa transição para o patamar de especialista revela que suas visões de mundo tensionam a narrativa jornalística tradicional ao articular saberes ancestrais e técnicos. Assim, esses atores sociais atuam como fontes cujos discursos desafiam a lógica hegemônica e a racionalidade instrumental, legitimados enquanto sujeitos políticos na arena midiática.

Na perspectiva da luta cultural, sob o olhar de Terry Eagleton (2003), as matérias evidenciam a cultura como campo de batalha entre projetos de vida conflitantes. De um lado, na matéria do Instituto Socioambiental, a experiência dos moradores de Boa Vista, capital impactada pela fumaça, é enquadrada como um incômodo contornável, expressão de uma cultura dominante urbana e desconectada da natureza. O texto aponta: “Como trabalha em uma sala fechada com ar-condicionado, Márcia quase chega a esquecer do intenso calor, da fumaça e da fuligem por algumas horas, mas basta cruzar a porta de saída do trabalho e é lembrada da real situação de Boa Vista”.

Essa visão contrasta diretamente com a experiência dos povos indígenas, cuja cultura está intrinsecamente ligada à terra. Para eles, o fogo não é um incômodo, mas um ataque à própria existência. A cultura não é um adorno, mas a base de sua sobrevivência. As duas matérias mostram que “os Yanomami, Macuxi, Wapichana e povos de outras etnias veem suas casas e roças serem destruídas por incêndios” e “comunidades indígenas têm à disposição para beber água que mais parece lama”.

As reportagens se tornam campo de prova para a teoria de Leff (2009) sobre o confronto de racionalidades. O discurso oficial e o do agronegócio representam a racionalidade instrumental, que vê a natureza como recurso e o fogo sendo problema técnico ou erro humano genérico. O coronel Cleudiomar, na matéria do *Instituto Socioambiental* (2024), afirma que “a causa disso que estamos vivendo é 100% de ação humana”, enquanto o Corpo de Bombeiros, citado na matéria da *Amazônia Real* (2025), sugere como medida preventiva “realizar a limpeza desses terrenos, fazer aceiros... não fazer queimadas para manejo da terra”.

Em oposição, a racionalidade ambiental das comunidades indígenas aparece com clareza. Para elas, a crise não é um acidente, mas consequência direta de um sistema que subverte o valor da vida em favor do lucro. O líder Edinho Batista, na matéria do *Instituto Socioambiental* (2024), sintetiza essa disputa ao afirmar que “a vida não pode ser colocada abaixo do mercado”. A destruição das roças e plantações não é apenas perda material, mas a aniquilação de um sistema produtivo e culturalmente definido.

As matérias também demonstram a ambivalência de um conflito que se manifesta em um “entre-lugar”. Embora vivam em suas terras demarcadas, os povos indígenas estão em tensão constante com o mundo externo. O fogo se torna metáfora da invasão da racionalidade dominante sobre o território subalterno. O brigadista Jabson da Silva, na matéria da *Amazônia Real* (2025), traduz essa realidade: “A maioria das terras indígenas é demarcada em ilhas. A maior parte do fogo vem do lado de fora das comunidades. A gente está rodeado de grandes lavouras... o cara... perde o controle e vai para dentro das comunidades”.

Além disso, os líderes indígenas não se limitam ao papel de vítimas. Seus discursos são híbridos, mesclando o saber tradicional com análise política e social. Tornam-se sujeitos de conhecimento, capazes de diagnosticar a crise de forma sistêmica. O próprio Jabson da Silva, na matéria da *Amazônia Real* (2025), não apenas identifica o problema, mas o enquadra politicamente, responsabilizando produtores rurais e utilizando seu saber prático para localizar a origem do fogo. A líder Telma Taurepang, também na matéria da *Amazônia Real* (2025), faz o mesmo ao relacionar o aumento do preço da farinha às dinâmicas de exploração das terras. Trata-se do

conhecimento tradicional operando no campo político, criando um discurso que desafia a narrativa dominante.

As reportagens analisadas evidenciam como o jornalismo pode funcionar configurado em espaço de mediação discursiva entre diferentes racionalidades. Ao dar centralidade às vozes indígenas e comunitárias, os textos não apenas relatam a crise, mas expõem o conflito de valores que atravessa a relação entre sociedade, natureza e mercado, em consonância com Eagleton (2003), Leff (2009) e Bhabha (1998).

A partir da aplicação sistemática do roteiro, a análise das reportagens sobre as queimadas em Roraima revela que a narrativa se estrutura em um modelo desafiador das convenções tradicionais do jornalismo. Em vez de simplesmente relatar fatos, as matérias atuam como campo de mediação discursiva, expondo o conflito entre racionalidades e conferindo visibilidade a discursos historicamente subalternos.

A análise formulada através do quadro didático abaixo, se configura como um mapa de validação dos achados analíticos “georreferenciados” pelas perguntas do roteiro utilizado. Segue o detalhamento de como as questões ( 1, 4, 7, 10, 11, 15, 33, 39, 41, 42, 43, 48, 54, 55, 60, 63 e 64) do *Roteiro de Análise de Discursos no Jornalismo*, se manifestaram em cada matéria:

Questões do Roteiro	Categoria de Análise	Matéria 1: “Roraima está queimando...”(Instituto Socioambiental)	Materia 2: “Incêndios em Roraima avançam...” (Amazônia Real)
1,15,33	Hierarquia de Fontes	Mix de vozes. Inicia com fonte não-oficial (líder indígena) e equilibra com dados e discursos oficiais, mas a voz indígena é central. O discurso oficial não se sobrepõe.	Prioridade para fontes não-oficiais (tuxaua, brigadistas). Fontes oficiais aparecem no final, respondendo às acusações. A perspectiva das fontes não oficiais se sobrepõe.
4	Enquadramento do Problema	Enquadra o fogo como um evento desastroso, mas também como consequência de "impactos da soja, do garimpo e grandes empreendimentos". Há resíduos que apontam para uma crítica sistêmica.	Foco mais direto na responsabilidade dos produtores rurais, que perdem o controle do fogo. O problema é uma "invasão" do mundo externo.
55,60	Racionalidade em Conflito	Instrumental vs. Ambiental. O discurso oficial (Coronel Cleudiomar) trata o fogo como "ação humana" genérica, enquanto o líder Edinho	Instrumental vs. Ambiental. A racionalidade instrumental é identificada no agronegócio e na falta de medidas de segurança

		Batista o enquadra como um problema sistêmico, fruto da oposição "vida vs. mercado".	(aceiros). A racionalidade ambiental é aprofundada nos discursos sobre o manejo cultural do fogo.
54,60	Excedentes e Resíduos	Excedente: A crítica de Edinho Batista ao capitalismo e ao mercado, que extrapola a simples descrição da crise ambiental. É um excedente subalterno.	Excedente: A acusação direta do brigadista Jabson da Silva aos "grandes lavradores", que vai além da narrativa oficial de causas genéricas. Resíduo: A fala de Telma Taurepang sobre o preço da farinha, que revela uma dimensão socioeconômica da crise, um resíduo subalterno.
63,64	Ambivalência do discurso	Presente, mas mais sutil. A narrativa permite que a voz indígena questione o sistema, mas não confronta diretamente a falta de resposta das autoridades. Há lacunas sobre a causa da crise.	Mais explícita. A narrativa dá voz às acusações indígenas, mas mantém uma lacuna, não aprofundando a investigação sobre os responsáveis pelo fogo. O jornalismo atua no "entre-lugar".
11,48	Forma Narrativa	Abordagem mais ampla, com dados do INPE e da Defesa Civil. Usa o storytelling para ilustrar a crise na cidade (Márcia) e nas aldeias.	Foco mais investigativo e de imersão na realidade das comunidades. A narrativa se concentra nos relatos e nas consequências diretas do fogo nas terras indígenas.
7,43	Relação com Fatos	Lida com os fatos (focos de calor, nível do rio) e suas perspectivas, através do testemunho de fontes e da pressuposição de valor público de autoridades.	Também lida com os fatos, mas os enquadra a partir da imersão na realidade das comunidades, mostrando a crise como algo vivido e não apenas relatado.
39,41,42	Hibridismo das Fontes e Representações da Natureza	Não explora diretamente, mas a fala do líder indígena Edinho Batista já carrega traços de um saber que combina o tradicional com a análise política.	Explora explicitamente. As fontes não oficiais (líderes indígenas) agem como fontes especializadas, combinando saberes tradicionais com análise sociopolítica. A natureza (fogo) é representada como sujeito com agência, facilitando o trânsito de sentidos entre diferentes campos do conhecimento..
10	Temporalidade e Territorialidade	Os discursos se sobrepõem no presente (a crise em curso), mas também trazem o passado para contextualizar (o El Niño de 2007) e apontam para o futuro ("a situação deve se estender").	As territorialidades são distintas (Boa Vista, terras indígenas Yanomami, São Marcos), mas a fumaça e a crise as sobrepõem, mostrando uma realidade compartilhada que é uma metáfora de invasão.

**Quadro 1:** Análise do discurso jornalístico nas webmatérias

A análise das reportagens sobre as queimadas em Roraima evidencia que elas operam em um campo discursivo complexo, no qual a hierarquia tradicional das fontes é desconstruída, em consonância com as Questões 1, 15 e 33. Diferentemente da prática jornalística convencional, que tende a privilegiar vozes oficiais, as matérias analisadas rompem com essa lógica. A reportagem do Instituto Socioambiental mescla vozes oficiais e não oficiais sem estabelecer uma relação de subordinação, enquanto a da Amazônia Real confere centralidade exclusiva a líderes indígenas e brigadistas, atribuindo-lhes autoridade discursiva capaz de tensionar a hegemonia oficial.

O enquadramento da crise e as racionalidades em disputa constituem outro ponto central da análise, conforme apontam as Questões 4, 55 e 60. O discurso oficial, representado por autoridades como o coronel Cleudiomar e o Corpo de Bombeiros, interpreta a situação como resultado de falhas humanas ou problemas técnicos, alinhando-se à racionalidade instrumental. Em contrapartida, lideranças indígenas atribuem o fogo às consequências de um sistema que subordina a vida ao lucro, mobilizando uma racionalidade ambiental. A fala de Edinho Batista, “a vida não pode ser colocada abaixo do mercado”, é exemplar dessa contraposição.

Essa desconstrução das hierarquias discursivas é possibilitada pelo hibridismo das fontes não oficiais (Questão 39), que atuam como sujeitos de conhecimento, articulando saberes tradicionais e análises sociopolíticas. As falas de Jabson da Silva e Telma Taurepang demonstram o conhecimento sobre a crise emanada e emanante do próprio território, desafiando o monopólio do saber técnico-científico e permitindo o trânsito de sentidos entre diferentes campos (Questão 41). A forma narrativa adotada reforça esse processo: por meio de *storytelling* e imersão (Questões 11 e 48), a cobertura transcende a objetividade jornalística e humaniza a crise ao aprofundar-se nas experiências de indivíduos como Márcia. A imersão estende-se ainda à representação da natureza (Questão 42), em que o fogo deixa de ser tratado como fenômeno neutro e passa a ser narrado como sujeito com agência, caracterizado por expressões como “invasão” e “ataque”. Nesse contexto, o fogo assume dimensão metafórica, representando a sobreposição de racionalidades e territorialidades (Questão 10), na qual a lógica dominante avança sobre os modos de vida das comunidades tradicionais.

As reportagens também incorporam excedentes e resíduos discursivos (Questões 54 e 60), revelando dimensões ocultas da crise. O discurso de Edinho Batista sobre os impactos do agronegócio atua como excedente, ao extrapolar o enquadramento oficial e problematizar a estrutura político-econômica subjacente. Já a fala de Telma Taurepang a respeito do aumento do preço da farinha constitui um resíduo, que evidencia as consequências socioeconômicas do desastre, frequentemente negligenciadas pela cobertura factual.

A disputa discursiva, contudo, não se apresenta de forma absoluta, mas permeada por ambivalências (Questões 63 e 64). Embora as reportagens deem visibilidade às vozes subalternas, mantêm lacunas importantes. A matéria da *Amazônia Real*, por exemplo, sugere a relação entre as queimadas e grandes lavouras, mas evita aprofundar a investigação sobre os responsáveis, gerando um “não-dito” que preserva tensões políticas e econômicas. Essa hesitação revela a complexidade de um jornalismo operante em um campo de forças contraditório, em que a visibilidade de grupos subalternos não garante a subversão integral do discurso hegemônico.

Outro aspecto relevante refere-se à relação das reportagens com os fatos (Questões 7 e 43). A visão oficial tende a apresentar dados técnicos, focos de calor e níveis de rios, como indicadores de interesse público. Já o jornalismo de imersão enfatiza os fatos vividos pelas comunidades, de modo que a crise é representada não apenas enquanto dado objetivo, mas experiência concreta que incide diretamente sobre a sobrevivência indígena.

Em síntese, a análise demonstra que as reportagens sobre as queimadas em Roraima não se limitam ao relato factual, mas funcionam como um campo de batalha simbólico, no qual a racionalidade instrumental é confrontada pela racionalidade ambiental. Ao reconfigurar a relação entre jornalismo, fontes e realidade, as matérias legitimam saberes subalternos e revelam o potencial do jornalismo em atuar como mediador de perspectivas em disputa, evidenciando tanto suas possibilidades, quanto seus limites diante das estruturas de poder.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das reportagens sobre os incêndios em Roraima evidencia que a cobertura jornalística de crises socioambientais ultrapassa o registro factual. Ela constitui um campo de disputas discursivas capaz de refletir e amplificar os embates de sentido permeadores das relações entre sociedade, natureza e poder. À luz das reflexões de Enrique Leff (2009), Terry Eagleton (2003) e Homi Bhabha (1998), compreende-se que a tragédia ambiental é, em essência, a manifestação de um conflito profundo entre racionalidades e projetos de mundo distintos.

Sob essa ótica, o discurso jornalístico, ao conceder centralidade às vozes de comunidades indígenas, rompeu com a hierarquia tradicional de fontes e revelou a incompatibilidade entre a racionalidade instrumental do mercado, redutora da natureza a recurso econômico, e a racionalidade ambiental dos povos originários, capazes de reconhecê-la como base da vida. Esse embate, evidenciado nos relatos sobre o avanço do fogo nas terras indígenas, não se limita a um problema de gestão; trata-se de uma luta cultural pela legitimidade de modos de vida que resistem à lógica do lucro.

Observa-se, portanto, que o jornalismo ocupa um espaço ambivalente, um entre-lugar onde narrativas oficiais e subalternas coexistem e se confrontam. A análise demonstrou que as vozes indígenas adquirem caráter híbrido, combinando saberes ancestrais com críticas políticas e sistêmicas, desafiando a visão simplista do papel de vítimas. Ao dar visibilidade a esses discursos, o jornalismo transforma a informação em conhecimento crítico e evidencia que a compreensão das crises como a de Roraima exige ir além de dados estatísticos ou imagens de satélite, mergulhando nos conflitos culturais e nas disputas de sentido estruturantes da realidade.

Esta pesquisa buscou investigar a cobertura jornalística de crises socioambientais na Amazônia, demonstrando que a representação dos incêndios em Roraima não apenas relatou uma tragédia ambiental, mas constituiu um espaço de embates discursivos, espelhando conflitos de poder e racionalidades. Ao legitimar os discursos híbridos das comunidades indígenas e projetar suas vozes no debate público, a mídia assumiu o papel de mediadora de narrativas, elevando a questão local a um patamar de reflexão sobre projetos civilizatórios (Leff, 2009). Nesse sentido, a cobertura deixa de ser um mero registro da tragédia para se tornar um espaço de insurgência, onde

o jornalismo assume o papel de reconfigurar a realidade ao projetar vozes que sustentam a vida e resistem à invisibilidade histórica.

## REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA REAL. “Incêndios em Roraima avançam para terras indígenas”. **Amazônia Real**, on-line, s.d. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/incendios-em-terras-indigenas/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BHABHA, Homi. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1998.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Lisboa: Temas e Debates, 2003.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. “Roraima está queimando’: recorde de calor gera incêndios em Terras Indígenas e deixa capital coberta pela fumaça”. **Instituto Socioambiental**, on-line, 24 mar. 2024. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/roraima-esta-queimando-recorde-de-calor-gera-incendios-em-terras-indigenas>. Acesso em: 28 ago. 2025.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e. Cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Editora Vozes: Petrópolis - RJ, 2009.

ROTEIRO de análise de discursos no jornalismo. Disponível em: [meublogsimao.blogspot.com](http://meublogsimao.blogspot.com). Acesso em: 15 ago. 2025.



*Original recebido em: 16 de outubro de 2025*

*Aceito para publicação em: 31 de março de 2026*

***Daniela Batista da Silva***

Discente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima. Membro do grupo de pesquisa Comunicação Socioambiental dos Biomas Brasileiros desde a Amazônia (UFRR/CNPq). Desenvolve pesquisa de dissertação a respeito da integridade da informação socioambiental de ribeirinhos na Amazônia.

***Simão Farias Almeida***

Docente do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima. Líder do grupo de pesquisa Comunicação Socioambiental dos Biomas Brasileiros desde a Amazônia (UFRR/CNPq). Desenvolve pesquisas sobre integridade da informação e cinema socioambiental atualmente.



Esta obra está licenciada com uma Licença  
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional